

O AUTISMO NAS SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: O DESAFIO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Maria Madalena de Melo Feliciano ¹

RESUMO

Ao decorrer da história houve significativo progresso no sistema de inclusão de crianças e adolescentes no ambiente educacional, com a aplicação de leis, declarações, pesquisas e publicações à possibilidade de inserção no contexto social, envolvendo todos os indivíduos. O objetivo do estudo em questão foi desencadear uma reflexão acerca do autismo nas series iniciais do ensino fundamental e o processo de ensino aprendizagem deles. A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo foi a pesquisa bibliográfica, por meio de artigos, livros e publicações em relação ao tema abordado, sendo este de cunho qualitativo. No entanto, é eminente o rompimento de muitas barreiras no processo inclusivo, uma prova disso é a inserção de crianças autistas no ensino regular e principalmente o acompanhamento profissional que vem contribuindo positivamente para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Inclusão, Autismo, Ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Ao decorrer da história houve significativo progresso no sistema de inclusão de crianças e adolescentes no ambiente educacional, com a aplicação de leis, declarações, pesquisas e publicações à possibilidade de inserção no contexto social, envolvendo todos os indivíduos. Considerando uma temática vastamente discutida no contexto social e educacional, se faz necessários mecanismos para regulamentação do processo de admissão que auxiliem na igualdade dos direitos para todos.

O Transtorno de Espectro do Autismo (TEA) é um termo que contempla dentre outras manifestações, o autismo. Nos dias atuais é imprescindível uma gama de informações específicas acerca do assunto, visando esclarecer o conceito, suas peculiaridades e obstáculos encontrados na pessoa com este transtorno.

Atualmente, se faz necessário que todos os ambientes trabalhem com a inclusão, sobretudo no espaço escolar, já que o mesmo visa preparar o indivíduo para o convívio

¹ Psicopedagoga pela Faculdade Dom Alberto- FDA, madalenamelo28@gmail.com;

em sociedade. Dessa forma, vê-se que a inclusão vai além de inserir e matricular numa escola. A palavra incluir significa um acompanhamento contínuo da instituição, juntamente com o corpo docente. E que os professores atuantes estejam preparados quanto aos meios psicológicos, emocionais e profissionais, para contribuir com a educação e somar novas perspectivas na vida educacional dos alunos portadores do autismo.

Essa perspectiva nos leva a uma reflexão sobre a seguinte problemática: “Como incluir alunos autistas no ensino regular?”.

Todavia, é necessário que o desenvolvimento da criança não dependa apenas da sua adaptação ao ambiente em que está inserida. Mas sim de um contexto propício para recebê-la e ofertar uma educação inclusiva e igualitária como consta nas leis que aparam este público.

Este artigo tem como objetivo abordar a questão do autismo na etapa da educação básica desafio do ensino-aprendizagem. Para nortear o estudo têm-se os objetivos específicos como subsídio para complementar a pesquisa. -

- Contextualizar o breve histórico do autismo no Brasil
- Abordar o autismo nas series iniciais do ensino fundamental
- Investigar o processo de ensino-aprendizagem destes alunos

O interesse por esse tema deu-se em virtude da reflexão acerca do processo de inclusão do aluno autista na escola regular da rede pública, bem como seu processo de ensino aprendizagem, por ser uma problemática complexa e desafiadora, que nem sempre recebe a atenção devida.

Sendo de grande relevância para os professores, comunidade, pais, e acadêmicos da área, buscando proporcionar questionamentos sobre a temática e expandir formulações teóricas a esse respeito, a fim de contribuir com a educação deficitária. Na metodologia fez-se o uso do estudo bibliográfico para embasar a pesquisa através de artigos, livros e publicações em relação ao tema abordado, sendo este de cunho qualitativo.

METODOLOGIA

Neste capítulo pretende subsidiar o artigo, fornecendo meios para nortear a discussão da problemática em estudo. Na metodologia fez-se uso da revisão

bibliográfica para embasar a pesquisa através de artigos, livros relacionados ao tema de cunho qualitativo.

Para podermos desenvolver esta pesquisa é necessário compreender a temática aqui abordada, sendo fundamental explorarmos a respeito destes alunos inseridos nas instituições escolares e que tem alguma necessidade específica.

A proposta de seleção das leituras para subsidiar a pesquisa classificar -se a seletiva na qual traz informações pertinentes do material estudado para atender o propósito do trabalho. A leitura analítica também norteou o estudo em questão para compreender a temática abordada de forma mais clara e uma interpretação mais profunda.

O autismo é um transtorno neurológico que traz comprometimentos em três áreas do desenvolvimento comunicação, comportamento e interação social. Trata-se de alteração global do desenvolvimento infantil que se perpetua para toda a vida (GAUDERER, 1985).

Objetivando a inclusão de maneira democrática, como também possibilitar as crianças especiais, ou não, uma interação mútua, podendo assim partilhar o que sabe e vivenciar outra realidade com pessoas diferentes.

No dizer de Mantoan (2006, p. 19), “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

REFERENCIAL TEÓRICO

O AUTISMO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO.

No ano de 1943, o termo autista foi falado pela primeira vez nos Estados Unidos, através do conceito do psiquiatra austríaco Leo Kanner. Nesse sentido o psiquiatra utilizou o termo “autismo” para identificar crianças com atrasos no desenvolvimento e com dificuldades de manter um relacionamento interpessoal (TCHUMAN; RAPIN, 2009, p.17).

Um ano depois, em 1944 Hans Asperger, psiquiatra e pesquisador austríaco, escreveu o artigo “A psicopatia autista na infância”, no qual descreveu padrões de comportamento e habilidades específicas de crianças com autismo. As quais

apresentavam deficiências sociais graves, falta de empatia, movimentos descoordenados, pouco contato com outras crianças, e observou que o transtorno ocorria especificamente em meninos (VILA; DIOGO, SEQUEIRA, 2009).

Fazendo paralelo entre as contribuições das pesquisas de Kanner e Asperger, enxerga-se na identificação do autismo distúrbios sob uma ótica diferente. Encontrando, nesse ponto de vista, alterações no conceito de autismo ao passar dos anos, sendo usado como base de estudos definições que vão surgindo.

Autismo é uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. (MELLO, 2007, p. 16).

Em relação ao diagnóstico quanto mais cedo descobrir é melhor para fazer uma intervenção adequada, existe uma probabilidade maior de esse indivíduo desenvolver suas potencialidades e ser incluídos na sociedade.

Para fundamentar a problemática em questão têm-se as leis que assegurar o direito da educação igualitária como consta na constituição Federal de 1988:

A educação é um direito de todos assim como mostra a Constituição Federal de 1988, capítulo III, seção I: Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa.

Consoante à constituição, é de responsabilidade do governo Estadual, e da família promover a entrada do educando na escola. É importante frisar que é obrigação do estado construir instituições adequadas para ofertar um ensino de qualidade, como também a capacitação de profissionais, visando contribuir para construção da cidadania de cada indivíduo.

De acordo com a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), a proposta de educação inclusiva declara que todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências sensoriais, mentais, cognitivas ou que apresentem transtornos severos de comportamento, preferencialmente sem defasagem idade/série.

Perante o que foi abordado vê-se a necessidade do acompanhamento e de acolhimento acerca do sujeito com Transtorno do espectro autista na infância. Visto que muitos dos indivíduos presentes em sala frequentam também a sala de recursos no

contraturno, mesmo assim, isso ainda não é o suficiente, pois faltam profissionais capacitados para lidar com as dificuldades apresentadas pelo educando.

Neste sentido Bereohff aponta:

Educar uma criança autista é uma experiência que leva o professor a rever questionar suas ideias sobre desenvolvimento, educação normalidade e competência profissional. Torna-se um desafio descrever um impacto dos primeiros contatos entre este professor e estas crianças tão desconhecidas e na maioria das vezes imprevisíveis (BEREOHFF, 1991, p. 11).

Nessa linha de pensamento, vale salientar que educar é um grande desafio, principalmente uma criança autista diante das condições existentes na educação deficitária atual, para isto se faz necessário fazer adaptações significativas na metodologia de ensino de acordo com a necessidade do aluno.

Em dezembro de 2012, foi sancionada a Lei nº12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. No 1º do art. 1º, define-se o transtorno do espectro autista como uma “síndrome” que apresenta as seguintes características;

Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. Essa lei considera a pessoa com autismo como deficiente. Entre os direitos dessa pessoa, destaca-se “a educação e ao ensino profissionalizante”. (Oliveira, 2015, p. 21)

Embora a lei tenha sido aprovada, ainda está em processo de regulamentação. Há questionamentos e polêmicas em relação à concepção de autismo que perpassa essa legislação e a inclusão de pessoas com autismo no ensino comum.

A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NAS SERIES INICIAIS EM ESCOLA REGULAR

A inserção do autista no ensino regular é motivo de grande preocupação, visto que a instituição muitas das vezes não está preparada para suportar a demanda, pois, não tem

estrutura física para atender os integrantes, como também profissionais qualificados para dar suporte necessário.

No tocante é possível identificar que no Brasil a lei que assegura a entrada dos discentes autista no ensino regular é direito garantido por lei, como está escrito no capítulo V da (LDB) lei de Diretrizes e Bases, 9394/96 que trata sobre a educação especial como modalidade de ensino a ser ofertada “preferencialmente na rede regular de ensino. Desta forma se faz necessário à integração afetiva do indivíduo para viver no meio social.

Embora a Lei nº 9.394/1996 determine que a matrícula desses sujeitos seja feita “preferencialmente “ na rede regular de ensino, na Resolução CNE/CEB nº 2, de 2001, que institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, é definido, no art. 2º, que “ os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.(BRASIL, 2001;)

Diante do exposto, percebe-se que essa resolução prevê a organização, por parte dos sistemas de ensino, de um setor responsável pela educação especial, bem como o atendimento a esses alunos na classe comum do ensino regular. Para que haja condições propícias a aprendizagem do alunado e desenvolvimento social.

Considera-se de suma importância o convívio de crianças autistas com as dito “Normais” para o desenvolvimento delas no contexto em que está inserida, no intuito de melhorar as relações deste público e criar laços de amizade que possam agregar no seu desenvolvimento social e emocional.

Dessa forma, o aprendizado e o desenvolvimento da criança ocorrem através da capacidade de se relacionar com o outro. Em consequência disso influenciam na interação deles da mesma faixa etária e de idades diferentes. Portanto, é essencial que o professor crie atividades lúdicas, individuais ou em grupo, considerando a dificuldade de cada um, e instigando a troca de informações entre as crianças.

Nas palavras de Cavalcante (2006, p. 164), menciona; “O conceito de inclusão deve estar contemplado no projeto pedagógico da escola”. Dessa forma a finalidade das atividades desenvolvidas na rotina escolar dever ser incluídas através do projeto político pedagógico dos docentes e educandos e tendem a dar resultados em longo prazo.

Como parte dos esforços de superação dos desafios colocados à inclusão escolar de alunos da educação especial, em 2008, o Ministério da Educação lança a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva (BRASIL, 2008). Uma das novidades desse documento é o detalhamento dos sujeitos que compõem o público-alvo da educação especial. Dentre eles, encontram-se aqueles com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.

O processo de inclusão excede a atitude de incluir indivíduos com necessidades especiais, visando que todas as pessoas tenham oportunidades de acesso iguais para aprender no mesmo sistema de ensino. Existem múltiplos fatores que contribuem para esse ingresso.

A inclusão pode ser definida como um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas. Trata-se de uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a aprendizagem e participação ativa de todo o alunado em um contexto educativo comum. (MORIÑA, 2010, p. 17)

Para a inclusão acontecer de forma verídica, é fundamental que haja mudanças significativas no processo de ensino, com intuito de ofertar um conteúdo igualitário e inclusivo. Atuando em conjunto com professores, alunos, família e comunidade escolar.

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA CRIANÇA AUTISTA

É de conhecimento geral que as escolas públicas precisam se adaptar para atender os educandos com TEA e desse modo oferta um ensino igualitário e que proporcione o desenvolvimento destes cidadãos para que consigam aprender, construir e tomar decisões. É importante ressaltar que a educação de uma criança autista tem como propósito aumentar sua independência, a fim de promover mais autoconfiança na execução das atividades do cotidiano, além de melhorar a condição de vida da criança e conseqüentemente do ambiente familiar.

Acreditamos que a convivência escolar compartilhada, naquela que tem sido chamada “escola inclusiva”, possa favorecer mudanças éticas relativas ao trato com as diferenças. Esse pode ser um dos efeitos associados ao convívio: a construção de uma nova base ético-cultural (BAPTISTA, 2002, p.128).

No contexto escolar ao se deparamos com crianças autistas, surge diversas indagações acerca do processo de ensino aprendizagem. Dessa forma é indispensável a

capacitação dos profissionais, que compõem a comunidade educacional e fazem parte da vida do aluno autista, para que eles possam aprender e sejam inseridos na sociedade com equidade.

Por isso, o educador deve observar como os educandos se comporta, para notar, caso haja hábitos peculiares, e prejudiciais. Visando comunicar a coordenação da instituição escolar para que os responsáveis façam encaminhamentos a um profissional especialista na área. Para isso é necessário responsabilidade e comprometimento na averiguação diagnóstica, uma vez que este é o primeiro ambiente que a criança frequenta longe de seu ambiente familiar.

Com a possibilidade de tais acontecimentos, o currículo educacional tem de ser elaborado considerando a realidade do educando e suas necessidades, tal como a maneira que outras crianças concretizarem determinadas atividades e o ambiente onde elas são feitas.

Dessa forma, é importante frisar o trabalho coletivo com todos os profissionais que contribuem para o desenvolvimento da criança, tanto na escola como fora dela. O papel da família é imprescindível nesta etapa, pois é onde inicia os primeiros passos no convívio social.

Na opinião de Nunes (2008, p.4):

As crianças com autismo, regra geral, apresentam dificuldades em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas se obtiverem um programa intenso de aulas haverá mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e aprendizagem é um trabalho árduo precisa muita dedicação e paciência da família e também dos professores. É vital que pessoas afetadas pelo autismo tenham acesso à informação confiável sobre os métodos educacionais que possam resolver suas necessidades individuais.

Portanto, é na escola que o docente atua de forma a desenvolver práticas que envolva as crianças com autismo, para isso é necessário que o professor conheça o aluno e suas necessidades educativas e planeje o trabalho a ser realizado com ele, articulando-o com aquele desenvolvido para turma como um todo, sistematizando suas ações.

Considerando a escola como espaço de socialização e interação dos indivíduos, nota-se que o contato das crianças com as regras propostas no contexto escolar é ponto crucial no processo de adaptação. Assim vale ressaltar que as dificuldades como linguagem oral e comunicação com os demais são uns dos pontos a melhorar, para isso

é essencial á prática constante de atividades que estimulem esse aspecto podendo colaborar na expressão oral, corporal de maneira correta, como também no desenvolvimento da aprendizagem.

A tarefa da escola, em poucas palavras, consiste em não adaptar-se á deficiência, mas sim em vencê-la. A criança com retardo mental necessita mais que a normal que a escola desenvolva nela os processos mentais, pois, entregue a sua própria sorte, ela não chega a dominá-los (VIGOTSKI,1989, p. 119)

Torna-se interessante frisar que a observação atenta aos estudantes permite identificar os fatores expressivos na fala e gesto como também a maneira como elas interpretam o contexto. A interação e a fala são processos essenciais para o avanço no desenvolvimento desses sujeitos.

Para Oliveira (2015, p. 26) “o processo de adaptações, considerar o interesse desses alunos, bem como os conhecimentos e habilidades já dominados por eles como ponto de partida para a prática educativa.”

As estratégias e recursos utilizados são aspectos muito importantes, pois permitirão captar e manter a atenção do aluno com autismo, bem como motivá-lo para a realização das tarefas. Para tanto, é fundamental utilizar recursos prontos ou construídos com materiais que contribuam para o desenvolvimento dos alunos.

Além do mais, é necessário um ensino que possibilite uma aprendizagem significativa enquanto colaborar com os demais, para que o aluno autista se sinta incluído no ambiente escolar, a ponto de partilhar e desempenhar trocas de experiências.

Para isso é conveniente que os professores elaborem aulas mais atrativas, utilizando o lúdico como ferramenta que “conectem” a atenção dos estudantes, sobretudo do aluno com autismo, e assim consigam eliminar os empecilhos que detém a aprendizagem.

Ambiente dito regular de ensino/aprendizagem, no qual também, são matriculados, em processo de integração instrucional, os portadores de necessidades especiais que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais (BRASIL, 1994 p. 19)

Dessa forma o trabalho integrado é de suma importância no desenvolvimento sociocognitivo do aluno autista. Além disso a prática pedagógica colaborativa coopera na inserção do educando autista, levando a participação ativa e aprendizagem no recinto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados nesse artigo permitiram refletir o quão importante e enriquecedor foram as descobertas acerca da problemática abordada e os desafios existentes em incluir o autista na escola regular.

Dessa forma percebe-se que a inserção de estudantes com autismo durante os anos iniciais no ensino fundamental carece transpassar a integração, visto que, a inclusão escolar permite ao educando crescer, de forma cognitiva e socialmente. Para isso é necessário romper o paradigma tradicional, rever conceitos e práticas, conhecer o educando, seu ritmo, limitações e capacidades.

Tendo em vista os aspectos observados entende-se que a criança autista precisa de assistência do ciclo familiar como também de atendimento especializado, já que o respectivo avanço sucede de forma tardia.

Desse modo, o papel da família é incentivar e estar presente em todas as etapas da trajetória da criança, a fim de que ela se sinta querida e estimada. O método de aprendizagem para este público, deve levar em conta as limitações e empecilhos encontradas no caminho, de acordo com o tempo de aprendizagem de cada estudante, para isso se faz necessário profissionais capacitados que possam contribuir para o desenvolvimento cognitivo das crianças, já que a escola e o ambiente familiar, são os meios sociais responsáveis para realização da aprendizagem.

O currículo educacional deve ser elaborado respeitando a diversidade existente na escola, a fim de possibilitar que todos aprendam os mesmos conteúdos de forma eficiente. O educador precisa fazer os ajustes necessários no momento oportuno, para que as tarefas se tornem adequadas ao nível de cada um, proporcionando alternativas para evoluir e desenvolver o entendimento individual.

No entanto, é eminente o rompimento de muitas barreiras no processo inclusivo, uma prova disso é a inserção de crianças autistas no ensino regular e principalmente o acompanhamento profissional que vem contribuindo positivamente para o desenvolvimento deles.

Conclui-se que novas pesquisas devem ser realizadas para melhorar a educação de pessoas autistas. A vista disso, o conhecimento tem de ser algo gradual e contínuo.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R.; BOSA, C.(org.). **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. LDB nº 9.394/96, de 20/12/1996.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira, 1988. Brasília: Senado federal, 1988.

BRASIL. Declaração de Salamanca. Princípios, política e prática em educação especial. Brasília: UNESCO, 1994.

GAUDERER, E. E. *Autismo e Outros Atrasos do Desenvolvimento – Uma Atualização para os que Atuam a Área: do Especialista aos Pais*. São Paulo. Savier, 1985.

MANTOAN, Maria Tereza Egler, Prieto, Rosângela /Gavioli. *Inclusão Escolar*. São Paulo. Summus, 2006

MELLO, Ana Maria S. Ros de. *Autismo: guia prático*. 2ª ed. 2001. Coordenadoria Nacional Para Integração Da Pessoa Portadora De Deficiência – CORDE. Esplanada dos Ministérios – Bloco T anexo II 2º andar – sala 206; Brasília – DF. PARANÁ.

_____. MEC. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. 2008. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

_____. MEC. CNE. Resolução CNE/CEB. nº 2, de 2001. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: jun. de 2020.

MORINA, A. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. *Inclusão: Revista da Educação Especial*, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v.s, n.1, p.16-25, jan/jul 2010.

TCHUMAN, Roberto, RAPIN, Isabelle. *Autismo abordagem neurobiológica*. Porto Alegre Editora Artmed, 2009.

VILA, Carlos; DIOGO, Sandra; SEQUEIRA, Sara. **Autismo e Síndrome de Asperger**. 2009. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0140.pdf>> Acesso em: 07 de jun. de 2020

VIGOTSKI, L.S. **Obras completas: FUNDAMENTOS DE DEFECTOLOGIA**. LA Habana: Editora Pueblo Y Educación, 1989. t.5.